


MOUSEION

Canoas, n. 46, 2025.

 <http://dx.doi.org/10.18316/mouseion.vi46.13243>

A circulação de saberes socioambientais e as Bibliotecas Parque: o sucesso colombiano e os desafios brasileiros

Cleide Elis da Cruz Raulino¹

Roberta Barros Meira²

Resumo: As bibliotecas parque colombianas podem ser vistas como o resultado da construção coletiva em que governo e sociedade propõem alianças no enfrentamento das desigualdades e dos conflitos gerados pelo narcotráfico e pela desigualdade social. O conceito biblioteca parque surgiu na Colômbia, na década de 1990, pensando em atender às comunidades menos favorecidas. Implementou-se um modelo no Brasil em 2010, com base em experiências bem-sucedidas na Colômbia. Este artigo analisa a influência das bibliotecas parque colombianas na implantação do modelo brasileiro, com foco no Rio de Janeiro. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e entrevista com a idealizadora do projeto no Brasil e com uma servidora da Biblioteca Parque Estadual do Rio de Janeiro. Os resultados indicam que embora as bibliotecas parque representem importantes instrumentos de inclusão social e acesso à cultura, sua consolidação no Brasil enfrenta desafios relacionados à limitação de recursos financeiros, escassez de pessoal e descontinuidade de políticas públicas.

Palavras-chave: biblioteca pública; biblioteca parque; políticas públicas; Agenda 2030.

1 Bibliotecário - Documentalista do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Especialização em Cultura e Literatura pelo Centro Universitário Barão de Mauá. Mestra do curso de Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). e-mail: lisraulino@gmail.com.

2 Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense, mestrado e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Pós-doutora pela Universidad Nacional de Tucumán. Docente do Programa em Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade e do Departamento de História da Universidade da Região de Joinville - Univille. Tem experiência na área de História do Brasil, com estudos no campo do Patrimônio ambiental e políticas agrícolas. e-mail: rbmeira@gmail.com.

The dissemination of socio-environmental knowledge and Park Libraries: the Colombian success story and the challenges in Brazil

Abstract: Colombian park libraries can be seen as the result of collective construction in which government and society propose alliances in addressing inequalities and conflicts generated by drug trafficking and social inequality. The park library concept emerged in Colombia in the 1990s, aiming to serve underprivileged communities. A model was implemented in Brazil in 2010, based on successful experiences in Colombia. This article analyzes the influence of Colombian park libraries on the implementation of the Brazilian model, focusing on Rio de Janeiro. The research adopted a qualitative approach, based on a literature review and an interview with the project's creator in Brazil and with a staff member of the Rio de Janeiro State Park Library. The results indicate that although park libraries represent important instruments for social inclusion and access to culture, their consolidation in Brazil faces challenges related to limited financial resources, staff shortages, and discontinuity of public policies.

Keywords: public library; library park; public policy; 2030 Agenda.

Introdução

Embora apresentem contextos históricos e institucionais distintos, Colômbia e Brasil compartilham desafios relacionados à desigualdade social, à violência urbana e às dificuldades de acesso a equipamentos culturais em determinadas regiões. Em cidades colombianas, como Bogotá e Medellín, iniciativas governamentais voltadas à cultura e à educação foram incorporadas a estratégias mais amplas de transformação urbana e inclusão social. No caso do Rio de Janeiro, especialmente em áreas periféricas e comunidades historicamente vulnerabilizadas, observa-se o cenário semelhante. Assim, o modelo colombiano de bibliotecas parque passou a ser considerado uma referência para a formulação de políticas culturais no Brasil, inspirando práticas que buscam ampliar o papel das bibliotecas públicas como espaço de convivência, acesso à informação e promoção da cidadania.

As bibliotecas públicas estão presentes em diversos países e, conforme aponta a literatura, existem esforços para torná-las mais acessíveis, agradáveis, sustentáveis e tecnologicamente modernas. Ao buscar maior alinhamento com políticas sociais e culturais, essas bibliotecas ampliam suas funções social e cultural. Medeiros (2010, p. 13) afirma: *“Em muitos países, as bibliotecas públicas representam instituições vigorosas, consideradas basilares na organização social. São instituições que se aproximam cada vez mais da condição de espaços plurais, oferecendo serviços que atendam à diversidade social e cultural de seus países”*.

Muitas bibliotecas ainda enfrentam restrições orçamentárias, falta de políticas públicas e limitações no apoio governamental, fatores que restringem seu desenvolvimento institucional e dificultam a consolidação dessas instituições como espaços de acesso à cultura e à informação. (MEDEIROS; OLINTO, 2016). Conforme relatado por Vera Saboya (2020), uma das entrevistadas desta pesquisa e participante do processo de implantação das bibliotecas parque no Rio de Janeiro, a implementação desse modelo enfrenta obstáculos relacionados ao financiamento e à continuidade de iniciativas institucionais, o que reforça a relevância dos aspectos mencionados.

Em diversos países, bibliotecas públicas estruturadas dentro de políticas governamentais específicas se destacam como exemplos de fortalecimento institucional. A Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) contribui na promoção de políticas educacionais integradas a sociedades participativas e informadas. Neste estudo, a experiência colombiana serve como referência para compreender como fatores como planejamento institucional, integração social e acesso cultural podem ser adaptados ou encontrar obstáculos no contexto brasileiro.

A Declaração de Santiago³, corrobora o compromisso das bibliotecas com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 [...] Organismos internacionais, como a UNESCO, também desempenham papel relevante, com Medellín sendo uma das primeiras cidades a receber uma biblioteca pública piloto, modelo que mais tarde inspiraria outras cidades e a implantação do conceito de biblioteca parque no Brasil.

Cáceres (2012, p. 75-76) assegura que o sistema de bibliotecas públicas da Colômbia é “composto de várias redes e subsistemas e ora financiados pelo Governo ora pela iniciativa privada. As Bibliotecas Públicas surpreendem pelo uso da alta tecnologia e pelas inúmeras ações que visam formar leitores e não apenas atendê-los”. O sistema é visto com orgulho pelos colombianos, pois resulta da construção coletiva de um sonho, no qual a sociedade tem maiores oportunidades de desenvolvimento e bem-estar.

O sistema da Colômbia abarca vários tipos de bibliotecas, e apontamos a biblioteca piloto como um trabalho significativo no acesso à informação e cultura na América do Sul, além das bibliotecas parque. As bibliotecas públicas nas comunidades colombianas foram construídas e equipadas com um conceito diferenciado, também já experimentado com êxito por outros países (Zugliani, 2016). Evidencia-se aqui uma nova concepção de biblioteca pública como instituição fundamental à cidadania, contribuindo nos processos de inclusão, transformação social e desenvolvimento sustentável.

Espelhando-se em resultados positivos de outros países e principalmente no modelo colombiano, o Brasil também adotou boas práticas de modernização de bibliotecas públicas, implantando o conceito *parque* em alguns estados de sua federação.

Silva (2012) relata que, apesar de São Paulo, em 2010, ter recebido uma biblioteca⁴ que não é parque, mas que se assemelha à biblioteca parque, “o Rio de Janeiro é considerado o primeiro Estado brasileiro a construir as bibliotecas parque, inspiradas no sucesso das bibliotecas colombianas em Bogotá e Medellín” (Silva, 2012, p. 35). Foi nos moldes das bibliotecas parque da Colômbia que se idealizou a primeira rede de bibliotecas que daria suporte no sentido de diminuição de violência, interação da comunidade, inclusão e reurbanização no Rio de Janeiro. Assim, a primeira biblioteca parque inaugurada foi a da comunidade de Manguinhos, no ano de 2010, e em 2014, por meio do Decreto estadual n.º 44.694, de 28 de março de 2014, foi criada a Rede de Bibliotecas Parque do Estado do Rio de Janeiro.

3 Durante o Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável, organizado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL e IFLA, que ocorreu em 2018 no Chile, uma das propostas foi a Declaração de Santiago, que visa reafirmar o compromisso das bibliotecas de trabalhar em favor da Agenda 2030 e contribuir para uma melhor visibilidade para fortalecer alianças locais para o cumprimento dos ODS. Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/node/81841>. Acesso em 31 mar 2020.

4 A biblioteca em questão era a Biblioteca do Carandiru, atualmente denominada de Biblioteca São Paulo, e ela segue o conceito de Biblioteca Viva. Mais informações disponíveis em: <https://bsp.org.br/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

O conceito de biblioteca parque surgiu na Colômbia, na década de 1990, para atender comunidades menos favorecidas, promovendo inclusão social, cultura e acesso à informação (Saboya, 2020). Inspirado nesse modelo, o Brasil implementou bibliotecas parque no Rio de Janeiro a partir de 2010, buscando expandir o papel social das bibliotecas públicas. Outras iniciativas no país também associam bibliotecas públicas a espaços culturais e parques urbanos, reforçando seu caráter educativo e comunitário.

O presente trabalho baseou-se em **pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental**, com entrevistas semiestruturadas realizadas de forma individual, com duas pessoas-chave na implantação das bibliotecas parque, com o intuito de compreender as percepções acerca desse importante equipamento cultural⁵. Bauer e Gaskell (2010, p. 68) demonstram que a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas explorar o espectro das diferentes representações sobre o assunto em questão.

A primeira entrevista foi realizada com a consultora e então superintendente da leitura e do conhecimento do estado do Rio de Janeiro (2009 a 2014) Vera Saboya, que coordenou nesse íterim o desenvolvimento do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas e esteve à frente da implantação das bibliotecas parque no Rio de Janeiro. Já a segunda entrevista ocorreu com uma servidora da Biblioteca Parque Estadual, que solicitou anonimato e que aqui chamaremos de Entrevistada 2, trazendo-nos suas impressões, narrativas e sua experiência de pouco mais de um ano atuando no cenário em questão.

Cabe ressaltar que cada entrevistada contribuiu conforme o seu ponto de vista, para que este trabalho explorasse um pouco mais o universo da Biblioteca Pública Estadual (BPE) do Rio de Janeiro. A visita *in loco* permitiu observar a realidade da BPE e compreender as relações que a biblioteca estabelece com seus usuários, especialmente os mais vulneráveis, oferecendo acesso à cultura, informação e um ambiente acolhedor. Como descreve a entrevistada 2, “[...] são espaços de pertencimento e inclusão, onde a comunidade pode ter contato com cultura e informação de maneira acessível” (Entrevistada 2, 2020).

No que se refere aos procedimentos éticos da pesquisa, as entrevistas foram realizadas mediante a apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por meio do qual as participantes foram informadas acerca dos objetivos do estudo, da natureza da pesquisa e da utilização das informações fornecidas exclusivamente para fins acadêmicos. Foram assegurados, ainda, os princípios éticos que orientam pesquisas com participantes humanos, incluindo o consentimento voluntário e o respeito à confidencialidade das informações.

Com a metodologia estabelecida e os cuidados éticos observados, a pesquisa se estruturou em tópicos que permitem analisar comparativamente os casos da Colômbia e do Rio de Janeiro. O trabalho foi dividido nos seguintes tópicos: bibliotecas públicas e bibliotecas parque na Colômbia, destacando as políticas públicas e de como a Colômbia pode contribuir com bons exemplos para a cultura; e a importância da biblioteca parque no Rio de Janeiro, seus avanços, seus programas e seus desafios, entre eles o de se

5 Torna-se relevante mencionar o número reduzido de entrevistas e a ausência de comunicação por parte da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro (Seccec/RJ). Importante destacar também que no dia 12 de fevereiro foi realizada visita *in loco* à biblioteca parque, e, de posse da informação de que a Seccec/RJ estava alocada no andar superior da biblioteca, ainda assim não obtivemos êxito quanto ao acesso ao setor ou contato com nenhum servidor da unidade. Considera-se ainda que a crise econômica e política que o estado do Rio de Janeiro vem sofrendo nos últimos anos é fator impactante nos órgãos de educação e cultura do estado e que esses fatores implicam diretamente na rotina da Rede de Bibliotecas Parque, bem como se refletiu no trabalho de campo da pesquisadora.

manter atuante no cenário carioca.

Usando mais de um método, a triangulação de dados, é possível obter maior número de informações que fundamentem os resultados. Dessa forma, neste estudo, além da entrevista, utilizamos a revisão bibliográfica e a análise de conteúdo dos documentos intrínsecos à biblioteca parque estadual (BPE). Nessa etapa da pesquisa, a ênfase deu-se a essas bibliotecas, especialmente as bibliotecas parque situadas no Rio de Janeiro e na Colômbia, levando em consideração também o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Enquanto a Colômbia estruturou um sistema robusto em resposta à desigualdade social e aos conflitos urbanos, o Brasil enfrenta entraves como violência, desigualdade e restrições orçamentárias, que limitam a consolidação dessas políticas culturais. Essa comparação evidencia como experiências internacionais podem orientar a consolidação de políticas culturais no Brasil e oferecer subsídios para compreender as potencialidades e limitações das bibliotecas parque na promoção do desenvolvimento social e cultural.

BIBLIOTECAS PÚBLICAS E BIBLIOTECAS PARQUE NA COLÔMBIA

Segundo o site da Biblioteca Nacional da Colômbia⁶, em 1777 foram desenvolvidos os primeiros esboços de uma biblioteca pública no país, em um momento em que foi debatida a necessidade de remover o ensino do domínio escolar e se abrir para as novas ideias do Iluminismo. As informações da página virtual da biblioteca relatam ainda que foi em 1822, por meio de um decreto, que ela foi reorganizada e oficialmente chamada de Biblioteca Nacional. Já em 1834 foi aprovada a primeira Lei de Depósito Legal, que a tornou instituição de guarda do patrimônio bibliográfico nacional, uma disposição que, com algumas emendas, se preserva até hoje.

Em 1951, o governo da Colômbia emitiu um decreto e ordenou a criação de bibliotecas públicas em todo o território colombiano. Como descreve Lins (2016, p. 96), “a década de cinquenta representa muito para a história da biblioteca pública na Colômbia, pois nesse período surgem as primeiras bibliotecas públicas modernas do país”. No século XXI, a biblioteca concentrou seus esforços na modernização de sua infraestrutura e nas questões tecnológicas, inclusive com biblioteca digital, para expandir o escopo de seus serviços e proporcionar melhor atendimento ao seu público. O desenvolvimento histórico da biblioteca moldou sua função social e a participação da comunidade.

Por meio de legislação, em 2010, o Ministério da Cultura da Colômbia assumiu a coordenação da Rede de Biblioteca, por intermédio da Biblioteca Nacional. Essa lei representa uma garantia e um apoio dos governos federal e local. O ministério, em coordenação com entidades territoriais, busca garantir o crescimento, a sustentabilidade e a modernização das bibliotecas públicas como compromisso com o desenvolvimento do país. A Biblioteca Nacional, como responsável pelas políticas e pelos planos relacionados às bibliotecas públicas, trabalha em diferentes linhas de ação, destinadas a fortalecer e desenvolver permanentemente a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, para que os cidadãos, pelas bibliotecas, participem ativamente em sua comunidade em todas as fases da vida.

⁶ Disponível em: <<https://bibliotecanacional.gov.co/es-co/Footer/biblioteca-nacional-de-colombia/quienes-somos/historia>>. Acesso em: 25 mar 2020.

Do acordo entre a Unesco e o governo colombiano, em 1954, foi fundada a Biblioteca Pública Piloto de Medellín para a América Latina e o Caribe (BPP), como modelo de biblioteca para atender a populações de baixa renda, objetivando equacionar déficits relacionados à educação e o acesso ao livro (BPP, 2020). A BPP é composta da sede e de quatro subsidiárias, localizadas em áreas periféricas da cidade. Faz parte dos eventos diários da comunidade, com atividades para promover a leitura, serviços de biblioteca e extensão cultural. Cumpre também as funções da biblioteca do patrimônio da cidade (BPP, 2020).

Em 2006 foi criado o Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín (SBPM), que incorporou, entre outras, a BPP, iniciando também o ciclo das primeiras bibliotecas parque. O SBPM é constituído de um grupo de bibliotecas, cada qual com suas especificidades e atuando em rede, e seu objetivo consiste em “garantir o livre acesso à informação, leitura, escrita, conhecimento, pensamento e apreciação da cultura de todos os cidadãos” (SBPM, 2020, p. 1).

No caso de Bogotá, a Rede Distrital de Bibliotecas Públicas e Espaços de Leitura Não Convencional (BibloRed)⁷ é um sistema que promove a interação social, o acesso à cultura e ao conhecimento, a recreação e a inclusão digital. Seus espaços são abertos à construção pública do conhecimento e ao empoderamento cultural das comunidades, por meio dos seus 128 espaços de leitura na cidade. Ademais, “cada biblioteca é um importante centro cultural e ponto de encontro da comunidade, gratuito e de fácil acesso para os habitantes da cidade, que resgata espaços abertos e fechados e dedicam-os a informação, educação, leitura e criatividade” (Cáceres, 2012, p. 78).

Na década de 1990, a Colômbia passou por grandes transformações, período que apresentou cortes nos serviços públicos como saúde, educação e cultura, bem como aumento das guerrilhas, com o narcotráfico, e altas taxas de desemprego e homicídios. Lins (2016) explicita:

O país se viu mergulhado em um grave problema social, o tráfico de drogas e todas as consequências que esse perverso universo promove no âmbito das comunidades mais carentes. Nesse contexto, a política nacional de bibliotecas públicas fez parte de um projeto maior do governo que assumiu um papel relevante para combater os problemas sociais e políticos que foram além da repressão ao tráfico, tendo alcançados bons resultados. (p. 95)

Os parques então consolidaram-se, segundo Oliveira (2011, p. 177), “em ação fundamental para todo o projeto de cidade traçado a partir de 2003. Constituem-se em grandes centros culturais com projetos arquitetônicos impactantes que têm nas bibliotecas uma área fundamental de ação”. Desta forma, o governo adotou medidas relevantes nas áreas social e cultural, voltadas ao enfrentamento da violência e da pobreza e à promoção da cultura.

As intervenções e mudanças urbanísticas em Medellín envolveram ações integradas nas áreas de educação, mobilidade, arquitetura e cultura. Bogotá e Medellín “destacaram-se pelos projetos de construção de grandes bibliotecas dentro de uma agenda governamental, [...] sendo reconhecidos internacionalmente” (Medeiros, 2015, p. 49). Nota-se que a política nacional de bibliotecas públicas fez parte de um projeto maior para atender a um grave problema social, o narcotráfico. Medellín buscou transformar-se mediante a adoção de políticas públicas em diversos setores que atendem à população.

7 Mais informações em: <<https://www.biblored.gov.co/nosotros>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

Prosperou, assim, na Colômbia, a bem-sucedida política de implantação de bibliotecas parque, um formato que se tornou referência em desenvolvimento social e no enfrentamento à violência urbana. O conceito *parque* é entendido como um centro de desenvolvimento cultural que transcende o conceito tradicional de biblioteca, que acolhe e transborda toda a sua importância social, por intermédio das diversas manifestações artísticas e culturais. Há preocupação em dar dignidade às comunidades localizadas em lugares de difícil acesso, proporcionando mobilidade urbana, cultura, informação e cidadania (Lins, 2016, p. 97). Nesse viés social, a participação das demais bibliotecas colombianas para os ODS da Agenda 2030 considera que a premissa clássica da biblioteca deve ser

a contribuição fundamental para os ODS como um todo, retornando ao princípio de que o acesso livre e igualitário à informação, contribui para o desenvolvimento social, uma economia estável, à memória histórica e, em geral, à preservação e acesso ao patrimônio da humanidade e à participação cidadã. (Ascolbi, 2017, p. 3, tradução nossa)⁸

Percebe-se então que os ODS estão atrelados às bibliotecas, especialmente às bibliotecas parque, pois elas ampliam as formas de acesso à cultura e à informação. Nossa atenção voltou-se para as experiências da Colômbia, sobretudo Bogotá e Medellín, como exemplos bem-sucedidos e que contribuíram para a implementação das bibliotecas parque do Rio de Janeiro, pois mostrou que ações integradas em educação, mobilidade e cultura podem reduzir desigualdades e gerar impacto social direto, servindo de referência para ações similares no Brasil.

BIBLIOTECA PARQUE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

No Brasil, o Decreto estadual/RJ n.º 44.694, de 28 de março de 2014, criou a Rede de Bibliotecas Parque do Estado, a ser supervisionada pela Secretaria de Estado de Cultura. A BPE é a matriz da Rede de Bibliotecas Parque do Estado, da qual fazem parte a Biblioteca Parque de Niterói, a Biblioteca Parque de Manguinhos, a Biblioteca Parque da Rocinha e a Biblioteca Parque do Alemão. O projeto, conforme ressalta Silva (2016, p. 35), faz parte da política do Estado para promover a leitura, a produção e a disseminação de produção artística que permeia o acesso à cultura, com usufruto do equipamento. A BPE tem uma longa história de serviço à comunidade do Rio de Janeiro. Inaugurada por Dom Pedro II em 1873, é uma importante instituição cultural do país. Seu nome já mudou algumas vezes, bem como o prédio passou por algumas reformas (Silva, 2016, p. 40).

Outras práticas semelhantes no país, podem ser vistas como iniciativas próximas ao modelo de biblioteca parque. Assim é caso da Biblioteca de São Paulo e a Biblioteca Parque Villa-Lobos (São Paulo), que incorporam espaços de convivência, programação cultural e ações de incentivo à leitura, indicando uma tendência nacional de transformação das bibliotecas públicas em equipamentos culturais voltados à inclusão social.

8 Original: “*La contribución fundamental a los ODS en su conjunto, volviendo al principio de que el acceso libre e igualitario a la información, contribuye al desarrollo social, una economía estable, la memoria histórica y, en general, la preservación y el acceso al patrimonio de la humanidad y participación ciudadana*”.

A institucionalização das bibliotecas parque no Rio de Janeiro se deu em contexto de urbanização social do PAC Favelas, buscando replicar experiências exitosas da Colômbia, como destacou Zugliani (2017).

A oportunidade oferecida pelas ações e recursos do referenciado programa gerou um ambiente fértil para a apropriação, por parte do Governo do estado do Rio de Janeiro, de experiências bem-sucedidas, como as identificadas em Bogotá e Medellín, na Colômbia, que vivenciaram situações análogas às das favelas cariocas. Foi, portanto, das observações efetuadas no modelo colombiano que nasceram as Bibliotecas Parque do Rio de Janeiro. (p. 18)

Foi nesse ambiente de ideias e de experiências que a nossa entrevistada Vera Saboya, uma apaixonada pela cultura, pela leitura e entusiasta na área, foi convidada a atuar como consultora e superintendente da Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro (SEC/RJ), atual Secec/RJ, entre 2009 e 2014. Esteve na Colômbia visitando as bibliotecas de Bogotá e Medellín e depois, a convite do governo francês, realizou um estágio na rede nacional da França.

Conforme relatado por Saboya (2020), houve intercâmbio técnico com profissionais da rede de bibliotecas francesas, incluindo a realização de estágio e visitas institucionais. Importante frisar o contato com a Biblioteca Pública de Informação (Bibliothèque Publique d'Information – BPI), em Paris, reconhecida por desenvolver ações voltadas ao atendimento de públicos diversos, incluindo populações imigrantes em situação de vulnerabilidade social. Segundo a entrevistada, a cooperação técnica estabelecida com profissionais franceses possibilitou trocas de conhecimentos e visitas de especialistas ao Brasil, contribuindo para o amadurecimento do projeto das bibliotecas parque no estado do Rio de Janeiro.

A experiência francesa foi considerada relevante, sobretudo em razão da longa tradição europeia na consolidação de bibliotecas públicas como instituições de promoção cultural e social. A entrevistada esclarece que tanto a França quanto a Colômbia colaboraram de forma significativa para o desenvolvimento do projeto. A experiência colombiana, especialmente nas cidades de Bogotá e Medellín, destacou-se como principal referência técnica e conceitual, ainda que tenha exigido adaptações ao contexto brasileiro, considerando diferenças culturais, hábitos de leitura e condições de infraestrutura social (ZUGLIANI, 2017; SABOYA, 2020).

Vera Saboya salienta que:

O projeto ficou muito colado pela ideia da Colômbia por todo mundo e que foi de fato o projeto que inspirou o estado do Rio de Janeiro com diversas políticas públicas, não só as de bibliotecas. Existia na época uma cooperação técnica forte entre os dois países, que trouxe para cá uma ideia de [unidade de polícia pacificadora] UPP⁹ de sistema de segurança como aqueles que o secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro na época trouxe para o Rio de Janeiro. [unidade de pronto-atendimento] UPAs¹⁰, por exemplo, também foi uma inspiração na Colômbia, e as bibliotecas parque também. Então na verdade é assim, eram projetos de política pública vinculados ao PAC (Saboya, 2020).

Ao afirmar que “o projeto ficou muito colado pela ideia da Colômbia” e que havia uma “cooperação técnica forte entre os dois países”, Saboya (2020) aponta para a transferência de práticas institucionais e de gestão que ultrapassa o campo estrito das bibliotecas, incorporando também dimensões relacionadas

9 Mais informações em: <<http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=62>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

10 Mais informações em: <<https://www.saude.rj.gov.br/atendimento/upa-24-horas>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

à segurança pública e à infraestrutura social. Essa perspectiva encontra eco na análise de Zugliani (2016), segundo a qual a adoção de modelos institucionais de referência internacional, como o das bibliotecas parque colombianas, implica processos de adaptação e reconfiguração dos **arranjos institucionais locais**, nos quais experiências estrangeiras são apropriadas e reinterpretadas de acordo com as especificidades do contexto.

Nesse particular, percebe-se que a Colômbia mostrou para o mundo que ações para melhorar a qualidade de vida na periferia geram impacto direto nos indicadores de violência, e o Brasil apostou na ideia de que poderia realizar um projeto semelhante nas comunidades do estado do Rio de Janeiro, tendo como inspiração as boas experiências de outros países.

A Biblioteca Parque Manguinhos foi a primeira da rede de bibliotecas parque que se instalou no Rio de Janeiro e faz parte do PAC Favelas, que previa a urbanização social no Complexo de Manguinhos, buscando promover melhorias das condições de vida da população e replicando o exemplo colombiano.

As bibliotecas parque surgem como espaços de integração cultural e social, com capacidade de ampliar o acesso à leitura, à educação e à informação especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais. A BPE incorpora não apenas acervos e serviços bibliotecários, mas também atividades culturais e artísticas, fortalecendo a participação comunitária (SILVA, 2016; DIAS; MASSARONI, 2014).

A entrevistada Vera Saboya relata que a experiência colombiana inspirou o modelo brasileiro, enfatizando que as bibliotecas não são apenas instituições culturais, mas instrumentos de transformação social:

Sim, a essência é essa. Mas acesso ao quê e como? Essa é que é a diferença. Acesso a que tipo de literatura, por exemplo. A gente fez uma literatura bem extensa ali nas bibliotecas parque. Não sei se na Colômbia, em todas elas, era tão extenso. É, o colombiano é leitor. Eles têm uma herança espanhola da colonização. [...] Nós não temos isso, nós não somos um país leitor. Isso é uma coisa para se conquistar. [...] Então, são muitas diferenças. Então, assim, são espaços de acesso à cultura, ao conhecimento e à informação, sim. Nesse sentido se mantém o espírito. Mas o quê? Como? É diferente (Saboya, 2020).

Desse modo, o potencial social e cultural dessas bibliotecas pode ser observado na ampliação do acesso à cultura e na promoção da cidadania. (ASCOLBI, 2017; LINS, 2016).

A observação da entrevistada evidencia que a adaptação do modelo colombiano exigiu considerar diferenças culturais relacionadas às práticas leitoras e ao acesso aos bens culturais. Nesse contexto, as bibliotecas parque assumem um papel relevante ao expandir as oportunidades de contato da população com o livro, a informação e outras manifestações culturais, especialmente em comunidades historicamente marcadas por limitações. Dessa forma, tais instituições podem ser compreendidas como espaços estratégicos para a promoção da leitura e para a democratização do acesso à cultura, perspectiva que dialoga com Dias e Massaroni (2014) ao apontarem que as bibliotecas parque são concebidas como equipamentos culturais voltados à integração entre cultura, educação e inclusão social.

Nas diferenças e semelhanças, o fato é que as bibliotecas parque aparecem também como um importante espaço de convivência, que proporciona ainda a acessibilidade e o desenvolvimento humano às comunidades menos favorecidas.

Nesse passo, em 2008, a BPE passou pelo processo de reforma para caracterizá-la como biblioteca parque e foi reinaugurada em março de 2014. “É a biblioteca na qual é possível estabelecer um comparativo entre o conceito tradicional, de biblioteca pública e o conceito inovador, de biblioteca parque” (Silva, 2016, p. 40).

Em dezembro de 2013, a SEC/RJ e o Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG), uma associação de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, celebraram um contrato de gestão que estabelecia critérios e valores por um período de cinco anos, para o IDG ¹¹ fazer a gestão da rede parque no modelo de organização social (Zugliani, 2018, p. 151). O IDG esteve à frente da gestão de todas as unidades de 2014 a 2016, ajudando a desenvolver atividades diversificadas que aumentaram o alcance e trouxeram novos públicos para os espaços, consolidando a identidade das bibliotecas parque do Rio de Janeiro como espaço de integração, inclusão social, experiências culturais e preservação da memória.

O Relatório de Prestação de Contas da BPE emitido pelo IDG em 2014 identifica alguns obstáculos e dificuldades na gestão do contrato quando o IDG assumiu a gestão do programa que impactaram diretamente no cumprimento das metas. Entre essas dificuldades, pode-se relacionar a ausência de uma série histórica da BPE, sendo reinaugurada em formato diferenciado do anterior, muito mais complexo. Soma-se a esse cenário o fato do planejamento e o cumprimento das metas prejudicados em razão de atrasos e valores firmados no contrato de gestão, gerando impacto também no planejamento de 2015.

O Plano de Trabalho de 2016, versão 2, do IDG, chama a atenção para o grande desafio encontrado em 2015: a manutenção da operação das quatro unidades – Manguinhos, Rocinha, Niterói e BPE – em caráter reduzido. Foram desenvolvidas ações para redução dos gastos, incluindo a diminuição do horário de atendimento em função do descumprimento dos prazos para a realização dos repasses financeiros previstos, o que impactou fortemente no desempenho de algumas das metas estabelecidas para aquele ano.

Zugliani (2018, p. 155) chama a atenção para o fato de o modelo de cooperação da organização social ensejar a observância de dois aspectos: o Estado não pode se afastar do compromisso de prover os recursos necessários à execução dos serviços/das metas para o equipamento cultural; e, no campo do esforço possível de colaboração da organização social, como a captação de recursos, é crucial que se levem em conta a realidade e a lógica do mercado cultural, bem como as leis de incentivo. A não observância dessas variáveis resultará em prejuízo à gestão institucional e, conseqüentemente, à cidadania cultural.

O número reduzido de bibliotecários e técnicos compromete a gestão de acervos extensos e a execução de múltiplas funções culturais. Essa limitação afeta programas educativos, mediação de leitura e atividades culturais. Saboya (2020) comenta sobre a gestão da BPE: Dentro do Estado a gente não tinha braço para fazer aquela gestão, [...] Outra motivação da OS era fazer um contrato de gestão que se descolasse da gestão daquele governo, que fosse um projeto de estado, e não de governo.” (Saboya, 2020)

A adoção do modelo de gestão por meio de organizações sociais buscava formalizar contratos e garantir autonomia em relação a ciclos políticos. No entanto, conforme relatado na entrevista, a interrupção do financiamento acabou comprometendo a operação das unidades. Essa situação corrobora análises de Medeiros e Olinto (2016) e Silva (2016), que destacam a importância das políticas públicas e de

11 A IDG é uma organização privada que realiza a gestão privada de projetos de interesse público. Mais informações em: <https://www.idg.org.br/pt-br>. Acesso em: 28 mar 2020.

investimentos contínuos para o funcionamento e a sustentabilidade das bibliotecas públicas.

A entrevistada 2¹², questionada sobre sua percepção dos serviços, do atendimento, da infraestrutura e das relações com a comunidade, se o modelo parque deveria ser seguido, melhorado, comenta:

Biblioteca Parque é um modelo inovador, que pra mim tinha que ser implantado o máximo das unidades possíveis, dessa relação com a humanidade, das pessoas se sentirem pertencentes. [...] As pessoas, quanto trazem a história da biblioteca, num primeiro momento, quando ela foi reinaugurada, de 2014 até o fechamento dela em 2016. São histórias de crescimento pessoal, profissional aqui dentro de se sentir parte, então era muito forte. Quando eu entrei em 2018, em dezembro, a gente tinha isso, mas, com o tempo, as coisas foram meio que se perdendo. Então, hoje em dia a gente não consegue fazer um trabalho individual com a equipe, com os funcionários, com os próprios leitores. A gente perdeu, enfim, a gente não consegue mais ofertar tecnologia. A questão da estrutura do prédio, pensando numa biblioteca que seja sustentável, também se perdeu muito por questões de manutenção.

Tanto o relato da entrevistada quanto a literatura consultada corroboram a ideia de que limitações orçamentárias e dificuldades de investimento impactam diretamente o funcionamento das bibliotecas parque e a continuidade de suas ações. Esses aspectos aparecem associados às dificuldades de garantir a oferta regular de atividades culturais e a plena utilização dos espaços da biblioteca. Esse cenário também é apontado por Medeiros e Olinto (2016), que evidenciam que a ausência de financiamento adequado pode comprometer o desempenho das bibliotecas públicas e limitar o desenvolvimento dessas iniciativas culturais.

Algumas notícias veiculadas em diferentes fontes de informação sobre a BPE e a Rede de Bibliotecas Parque dão conta que tanto no período administrado pela OS quanto no período pelo Estado houve erros e acertos quanto ao gerenciamento desse equipamento cultural, o que se reflete nos dias atuais.

Como se sabe, as bibliotecas parque ainda são instituições supervisionadas pela Secec/RJ. A Superintendência de Leitura e Conhecimento (SLC) assina pela gestão da Rede de Bibliotecas Parque, além de gerenciar o Sistema Estadual de Bibliotecas (SEB/RJ) e prestar assessoria às demais bibliotecas do estado.

Se, por um lado, a gestão compartilhada e alinhada a políticas públicas na Colômbia ganhou relevância e alcançou resultados expressivos, no Rio de Janeiro o grau de envolvimento institucional, aliado à crise e a problemas de gestão pública posteriores à implantação das bibliotecas parque, acabou por comprometer a concretização da proposta original. A instabilidade decorrente de mudanças governamentais e de contratos temporários com organizações sociais também **prejudicou** projetos de longo prazo e fragilizou o papel das bibliotecas como espaços de integração cultural.

A literatura consultada demonstra que políticas culturais consistentes e investimentos estáveis são determinantes para o sucesso das bibliotecas públicas (MEDEIROS; OLINTO, 2016; DIAS; MASSARONI, 2014). A limitação de recursos financeiros constitui uma das principais barreiras para a sustentabilidade das bibliotecas parque. No caso da Biblioteca Parque Estadual, cortes orçamentários, redução de horários de funcionamento e limitações na manutenção predial impactaram diretamente a operação da unidade e a oferta de serviços à comunidade (MEDEIROS, 2015; SIQUEIRA; MACHADO; LÜCK, 2019).

12 Informação fornecida pela entrevistada 2 (servidora da BPE) em entrevista realizada pela autora, no Rio de Janeiro, em fevereiro de 2020.

A Entrevistada 2, relata essa dificuldade: “Somos em cinco funcionários, sendo um deles bibliotecário, mais dois estagiários, funcionando no período das 10 às 18h de segunda a sexta”.

A limitação de pessoal especializado também repercute na qualidade e na continuidade dos serviços oferecidos, evidenciando a importância de equipes qualificadas para o funcionamento adequado das bibliotecas públicas, conforme apontam Silva (2016) e Medeiros e Olinto (2016). Ademais, a respeito de como consolidar a relação entre cultura e educação e garantir a qualidade dos serviços prestados, a Entrevistada 2 pondera:

O trabalho de cultura e educação, a biblioteca, ela tem o espaço, tem material e tem vocação pra ti fazer isso. Mas em relação ao, após eu te responder a quantidade de funcionários que tem num prédio que tem aproximadamente 150 mil livros, eu ainda vou localizar para você a questão de empréstimos, fica um pouco difícil a gente fazer essa unidade acontecer. A gente não tem pernas para isso. A gente fica de 10 às 18h ao limite [...]. Então, nesse momento a biblioteca principal não consegue fazer esse trabalho. A infantil, como tá tendo um suporte de algumas superintendências, tem tentado fazer alguma coisa diferente.

Esse cenário revela as dificuldades envolvidas na consolidação das bibliotecas parque como espaços efetivos de articulação entre cultura e educação. É pertinente reforçar, como Dias e Massaroni (2014, p. 2682), ressaltam que, “ao mesmo tempo em que as Bibliotecas Parque cumprem o seu papel social e cultural, [...] elas precisam elaborar planejamentos, de modo que suas ações não sejam desviadas do eixo principal que é a educação paralela à cultura”.

Se inicialmente houve avanços na criação das bibliotecas parque e no desenvolvimento do Sistema Estadual de Bibliotecas do Rio de Janeiro, Silva (2016) alerta no tocante aos desafios de continuidade e das políticas de governo que são praticadas:

É conhecida e preocupante a prática política do abandono de alguns projetos quando da mudança do governo, então as bibliotecas, para manterem-se vivas, vão criando relações com outras organizações com vistas ao levantamento de recursos que resguardem a continuidade da execução deste trabalho. (Silva, 2016, p. 44)

Verifica-se que a atual situação do Estado tem afetado diretamente as bibliotecas parque. Prova disso é que, em uma rápida visita a BPE, se constatou que os problemas já aparecem antes mesmo de adentrar-se no prédio. Problemas como horário reduzido de atendimento, quadro de pessoal restrito, equipamentos e infraestrutura sem manutenção, falta de internet e a ocupação pela Secec/RJ de um andar inteiro antes destinado ao leitor são alguns dos indícios de que o Estado tem se abdicado de sua responsabilidade.

Um dos pontos de destaque da BPE é a arquitetura imponente, que sobressai no Centro do Rio de Janeiro e que utiliza conceitos sustentáveis, bem como possui certificação na área. Questionada se considera que ações como essas podem contribuir para um mundo melhor, a entrevistada 2 afirmou que sim. Quando indagada sobre a Agenda 2030 e os ODS, disse não saber pontuar um a um os objetivos, mas contou já ter ouvido falar do tema em eventos da área de bibliotecas. E, acerca da Certificação Internacional da Sustentabilidade e da renovação da Certificação Liderança em Energia e Design Ambiental (LEED), ela informou que não se tem o financeiro para fazer as manutenções básicas e acredita que também não tenha entrado esse tipo de manutenção de uma certificação.

Vera Saboya, ao abordar a certificação internacional prevista no projeto das bibliotecas parque, ponderou:

Ela foi prevista. No caso da Biblioteca Parque Estadual de Manguinhos, a gente não conseguiu fazer e nem na Rocinha [...]. Como a Biblioteca Parque Estadual foi praticamente construída com recurso do estado do Rio de Janeiro, a gente conseguiu tomar várias decisões. E uma delas foi essa, de tentar a certificação do LEED, e a gente conseguiu isso numa reforma. Foi um aprendizado, foi importantíssimo, foi difícilíssimo. [...]. Toda obra foi feita respeitando separação de demolições, separação de lixo, cuidado com os funcionários que trabalham na obra. Ou seja, tudo como tem que ser. [...] Além disso, a gente fez também um programa educativo lá a respeito do meio ambiente, o prédio ensinava, [...] porque eles viam completamente isso em prática. [...] Mais importante até a atividade disso tudo do que o selo do LEED. Agora, o selo é importante como reconhecimento. Sem dúvida, é bacana, né. [...] Isso tem um custo por obra. Se não tinha esse dinheiro, eu diria: “Então tá, não vamos pagar pela certificação, mas vamos pagar para trazer tecnologias que resolvam os problemas de sustentabilidade predial, no caso dos prédios públicos”. Acho que é mais importante do que a própria certificação (Saboya, 2020).

O aporte destinado à implementação do projeto de reforma, pautado em critérios de sustentabilidade e voltado à obtenção de certificação ambiental, foi avaliado de forma positiva. Apesar desses resultados, a manutenção das certificações e da infraestrutura encontra dificuldades em relação às limitações financeiras, demonstrando a necessidade de políticas integradas que contemplem orçamento, capacitação e planejamento estratégico (SABOYA, 2020; MEDEIROS, 2015).

Mesmo iniciativas relacionadas à sustentabilidade, como a certificação LEED, sofreram impactos decorrentes dessas restrições financeiras, exigindo a priorização de tecnologias funcionais em detrimento do reconhecimento formal da certificação (SABOYA, 2020).

Destaca-se que a própria equipe da biblioteca pode também desenvolver e adotar práticas que promovam pequenas mudanças voltadas à sustentabilidade ambiental. A entrevistada Vera Saboya afirma que a biblioteca deve ser compreendida como um instrumento de conscientização e acesso à cultura, mesmo em contextos nos quais faltam serviços básicos:

É. Agora o Brasil é o país da contradição. Enquanto você faz um prédio como esse, você não tem saneamento básico na Baixada Fluminense, na Maré, na Rocinha. Belém do Pará idem [...] Então você vai lá e constrói. O que é mais importante? Isso aí é uma pergunta na E-Manguinhos, uma pergunta do fórum social de Manguinhos pra gente, era uma pergunta tão importante. Por que eu quero fazer a biblioteca se eu não tenho saneamento básico? O que é educação? Isso é uma pergunta que me deixava desesperada, porque eu dizia: “Você tem toda razão. Você tem que primeiro fazer o saneamento”. Só que o recurso lotado do saneamento não é um recurso da Secretaria de Estado da Cultura. Então, que tal a gente pensar a biblioteca como uma força? Uma força de conscientização? Uma força de conhecimento? De acesso aos direitos para que a gente possa lutar melhor por esse saneamento? É uma coisa que a gente tem que fazer, mas isso gera um conflito interno enorme. Assim, você sai de uma biblioteca linda, feita a biblioteca parque de Manguinhos, e pisa num valão? A criança sai de casa pisando no valão e depois entra naquela biblioteca linda? É estranho (Saboya, 2020).

Esse relato revela a tensão existente entre a oferta de infraestrutura cultural e as desigualdades sociais presentes no território, indicando a importância de políticas públicas integradas e de investimentos contínuos para a consolidação das bibliotecas parque como espaços de acesso à cultura e à educação. Por um lado, as bibliotecas públicas devem manter seu compromisso com a sociedade; por outro o Estado precisa oferecer condições para seu funcionamento, além de garantir o acesso a serviços básicos para a população.

Sabe-se que as bibliotecas públicas frequentemente estão na mira dos cortes orçamentários e figuram entre as primeiras da lista a sofrer com tais restrições. Segundo Medeiros (2015, p. 157), “*exceções podem existir, mas a maioria tem seu desempenho influenciado pelo contexto político, que em determinados períodos promove seu surgimento e fortalecimento, e em outros gera escassez de recursos financeiros e humanos*”.

As entrevistas realizadas ressaltam três aspectos centrais relacionados aos entraves de consolidação dessas bibliotecas: falta de investimento público, escassez de pessoal qualificado e descontinuidade de iniciativas governamentais.

Esses aspectos também são evidenciados pela literatura sobre bibliotecas públicas no Brasil, o que reforça que a manutenção dessas instituições está diretamente relacionada à existência de políticas culturais consistentes, investimentos contínuos e à presença efetiva do Estado. (MEDEIROS; OLINTO, 2016; SIQUEIRA; MACHADO; LÜCK, 2019).

A experiência colombiana é frequentemente citada como referência, sobretudo pela articulação entre políticas culturais estruturadas, investimentos públicos e estratégias de integração com a comunidade. (LINS, 2016; ASCOLBI, 2017; DIAS; MASSARONI, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências de países latino-americanos, especialmente a Colômbia, conforme discutidos nesta pesquisa, evidenciam a relevância das bibliotecas públicas como instrumentos de transformação social. Na Colômbia, o bem-sucedido modelo de bibliotecas parque destaca a importância e a valorização desse bem cultural, que tem se revelado um grande aliado no combate a problemas de ordem social.

No Brasil, as bibliotecas parque do Rio de Janeiro foram criadas com o objetivo de alcançar resultados tão positivos quanto os observados na Colômbia. No entanto, percebe-se que a valorização das bibliotecas públicas tem sido prejudicada por políticas de governo e por dotações orçamentárias quase inexistentes para atender à demanda e garantir a manutenção das unidades já existentes. Conforme apontam autores ao longo deste estudo, enquanto as **ações governamentais** estiverem voltadas apenas para o livro e a leitura, as bibliotecas públicas permanecerão desamparadas.

A análise dos dados evidenciou que na institucionalização das bibliotecas parque no Rio de Janeiro, buscou-se elevar o papel das bibliotecas públicas, reconhecendo-as como espaços culturais e de inclusão social, inspirada em experiências internacionais, especialmente da Colômbia. Entretanto, as entrevistas revelam que desafios relacionados ao financiamento público, à escassez de recursos humanos e à descontinuidade das políticas culturais têm impactado o funcionamento dessas instituições. Esses fatores ressaltam a necessidade de ações governamentais mais estruturadas e de longo prazo para garantir a continuidade das bibliotecas públicas no Brasil.

Os elementos das entrevistas e da bibliografia, comprovam que as bibliotecas parque do Rio de Janeiro desempenham papel estratégico na democratização do acesso à cultura, à informação e à educação. Nota-se que a efetividade dessas instituições depende de planejamento institucional contínuo, investimentos adequados e adaptação das experiências internacionais às especificidades do contexto brasileiro (DIAS;

MASSARONI, 2014; LINS, 2016; ASCOLBI, 2017; MEDEIROS; OLINTO, 2016; SIQUEIRA; MACHADO; LÜCK, 2019).

No caso específico da Biblioteca Parque Estadual do Rio de Janeiro, observou-se que sua localização central favorece o atendimento do público do entorno. O projeto arquitetônico sustentável foi muito bem executado, porém está abandonado. Os espaços e as atividades culturais inicialmente aconteciam e, por conta de problemas de ordem política, ficaram à mercê da situação. É notória a falta de pessoal e, por conta disso, o horário de atendimento teve de ser reduzido e muitas vezes é preciso fechar o local. Por ser um espaço multifuncional, as pessoas podem ter acesso a diversos ambientes e às mais variadas informações. No entanto, os problemas mencionados têm impactado diretamente no funcionamento pleno da instituição. Como consequência, espaços e atividades culturais inicialmente previstos foram reduzidos ou descontinuados, limitando o potencial de atuação da biblioteca.

Apesar dessas limitações, a biblioteca permanece como um espaço com grande potencial para a promoção da cidadania, do acesso à informação e da formação cultural da comunidade. Desse modo, torna-se evidente a importância de políticas públicas consistentes e de investimentos contínuos para que as bibliotecas parque possam desenvolver plenamente suas funções sociais, culturais e educativas.

REFERÊNCIAS

- BAUER, Martin W.; Gaskell, George (org.) (2010). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes.
- BIBLIOTECA PÚBLICA PILOTO DE MEDELLÍN PARA AMÉRICA LATINA (BPP). *Nossa história*. bibliotecapiloto.gov.co/historia
- CÁCERES, Lucila Martínez (2012). Inovação, transformação, sustentabilidade: desafios no século 21 para as bibliotecas públicas colombianas. *CRB8 Digital*, 5(2), 69-79. <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/64788>
- COLEGIO COLOMBIANO DE BIBLIOTECOLOGIA (ASCOLBI) (2017). *Las biblioteca y su aporte a los Objetivos de Desarrollo Sostenible, Agenda 2030 ONU*. Bogotá. <https://www.ascolbi.org/testing/item/bibliotecas-ods001>
- DIAS, Amanda Ribeiro; Massaroni, Iracema Fernandes (2014). Bibliotecas parque do Rio de Janeiro: espaços em favor da cidadania. *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, 15.
- ENTREVISTADA 2 (2020, fevereiro). Entrevista. Rio de Janeiro. Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Rio De Janeiro (SECEC/RJ). *Bibliotecas Parque*.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO (IDG) (2014). *Relatório de prestação de contas anual 2014: Biblioteca Parque*. Rio de Janeiro: IDG. https://idg.org.br/sites/default/files/documentos/Relatorio_Gestao_2014-Bibliotecas.pdf
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO (IDG) (2016). *Plano de trabalho anual 2016 Biblioteca Parque: versão 2*. Rio de Janeiro: IDG. https://idg.org.br/sites/default/files/documentos/Plano-de-Trabalho-BP-2016-rev-21-entregue-SEC_sem-RH.pdf
- LINS, Ivana Aparecida Borges (2016). *Biblioteca pública, convergências e divergências: Chile, Colômbia e Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

- MEDEIROS, Ana Lígia Silva (2010). Biblioteca e cidadania. *Sinais Sociais*, 14(13), 10-45. <http://rubi.casaruibarbossa.gov.br/bitstream/20.500.11997/682/1/MEDEIROS%2C%20A.%20L.%20-%20Biblioteca%20e%20cidadania%20-%20Sinais%20sociais.pdf>
- MEDEIROS, Ana Lígia Silva (2015). *Desconhecida pela comunidade e desprezada pelas autoridades: a Biblioteca Pública no Brasil na opinião de atores políticos e pesquisadores*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- MEDEIROS, Ana Ligia Silva; Olinto, Gilda (2016). As políticas públicas na área de bibliotecas públicas brasileiras. *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 17. <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/48389>
- OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa (2011). A cidade como projeto coletivo: impressões sobre a experiência de Medellín. *Tempo e Argumento*, 3(2), 164-181. <http://doi.org/10.5965/2175180303022011164>
- SABOYA, Vera (2020, fevereiro). *Entrevista*. Rio de Janeiro. Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Rio De Janeiro (SECEC/RJ). *Bibliotecas Parque*. <http://cultura.rj.gov.br>
- SILVA, Aline Gonçalves da (2012). *A biblioteca pública como fator de inclusão social e digital: um estudo da Biblioteca Parque de Manguinhos*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/767/1/silva2012.pdf>
- SILVA, Aline Gonçalves da (2016). Bibliotecas parque no Rio de Janeiro: breve histórico. *Ponto de Acesso*, 10, 32-45. <http://doi.org/10.9771/1981-6766rpa.v10i1.13012>
- SIQUEIRA, Bianca Lopes; Machado, Elisa Campos; Lück, Esther Hermes (2019). O papel do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas na construção de políticas públicas. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 15(2), 375-376. <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1221/1133>
- SISTEMA DE BIBLIOTECAS PÚBLICA DE MEDELLÍN (SBPM). *Quienes somos*. <https://bibliotecamedellin.gov.co/cms/conocenos/quienes-somos/>
- ZUGLIANI, Luiz Fernando (2017). Bibliotecas Parque do Rio de Janeiro: ingredientes de políticas cultural e urbana. *Memória e Informação*, 1(1), 16-29. <http://memoriaeinformacao.casaruibarbossa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/12/13>
- ZUGLIANI, Luiz Fernando (2016). *A organização social e o acesso à cultura: o caso das Bibliotecas Parque do estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16505>
- ZUGLIANI, Luiz Fernando (2018). Direitos e modelos institucionais na lógica do acesso à cultura. En Humberto Cunha Filho; Isaura Botelho; José Roberto Severino. (Eds.), *Direitos Culturais* (pp. 141-162). Salvador: EDUFBA. http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2018/07/DireitosCulturais_CulturaPensamento-EDUFBA-2018.pdf